

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.825 - SP (2019/0247780-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA - DIPO 4 - SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : EM APURAÇÃO

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIMES TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E MOEDA FALSA. INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL NO TOCANTE AO CRIME DE MOEDA FALSA E DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA OS DEMAIS DELITOS.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA – DIPO 4 – SÃO PAULO/SP contra o JUÍZO FEDERAL DA 9.^a VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Juízo suscitado declinou de sua competência com lastro nos seguintes fundamentos (fls. 125-126; sem grifos no original):

"Com efeito, ao que se depreende da manifestação do Ministério Público Estadual de fls.107/109 e decisão de fls. 111, os presentes autos foram remetidos à Justiça Federal, exclusivamente, em razão de suposta conexão dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas com o delito de moeda falsa, sendo apenas este último de competência federal.

Consoante bem salientado pelo representante do Ministério Público Federal, porém, não se vislumbra nos autos relação probatória entre o crime de moeda falsa, de competência federal, e os supostos crimes de tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes.

[...]

À Evidência dos depoimentos supra mencionados e do que mais consta dos autos, o delito de moeda falsa e os crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico apurados neste inquérito constituem fatos autônomos, nada havendo nos autos que indique que eventual prova de uma infração influa na prova de outra.

Afastada, pois, a suposta conexão instrumental com o delito de moeda falsa em apuração nestes autos, não há que se cogitar a

Superior Tribunal de Justiça

tramitação dos crimes de tráfico e associação para o tráfico, de competência comum estadual, perante esta Justiça Federal.

Diante do exposto, acolho a manifestação ministerial de fls. 119/120. cujas razões integram a fundamentação desta decisão e determino o desmembramento do feito em relação a eventuais delitos de competência comum estadual, permanecendo em tramitação perante este Juízo Federal apenas os fatos relacionados ao suposto delito de moeda falsa."

Por sua vez, o Juízo suscitante não reconheceu sua competência e suscitou o presente conflito a partir da fundamentação a seguir (fls. 142-145; sem grifos no original):

"Compulsando os autos, como já havia sido decidido à fl. 109, entendo que este Juízo não é competente para a apuração dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico, uma vez que estes, no caso concreto, são conexos ao crime de moeda falsa de competência da Justiça Federal.

De acordo com o artigo 76, III, do Código de Processo Penal, a competência será determinada pela conexão 'quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração'.

É exatamente este o caso em tela.

*Na esteira da manifestação do Ministério Público do Estado de São Paulo, pela análise das circunstâncias da prisão, dos depoimentos dos investigados e dos bens apreendidos, depreende-se que há possível associação entre o investigado Wagner e os investigados João, vulgo 'Portuga', e Edson Douglas tanto para o cometimento de tráfico de drogas (ou até mesmo de outro delito envolvendo a subtração de drogas de traficantes), quanto para a prática do delito de moeda falsa, de modo que **há conexão probatória entre os crimes de moeda falsa e de tráfico de drogas e associação para o tráfico.***

Com efeito, consta que Wagner foi chamado por João, o 'Portuga', para, na companhia de Edson, o 'Dr. Douglas', subtraírem drogas e demais pertences de traficantes. Além disso, na posse de Wagner foram encontradas notas falsas que lhe teriam sido vendidas por João e há, ainda, diálogos relacionados a esta prática criminosa envolvendo os três investigados, como quando 'Portuga' se queixa a Wagner por estar apenas 'rodando com notas fake', porque havia entregado 'as paradas' a Douglas, que as tinha levado ao Rio de Janeiro, mas iria aceitar a parte de 'Portuga' posteriormente.

Nesse sentido, os investigados mencionam, no mesmo contexto fático, práticas criminosas em relação a todos os delitos investigados.

Logo, nota-se ser prematuro concluir pela inexistência de vínculo entre a possível associação dos investigados para o cometimento de tráfico de drogas e para a prática do delito de moeda falsa.

Dessa forma, ao menos até o presente momento, verifica-se que

Superior Tribunal de Justiça

há conexão probatória entre o delito de moeda falsa, de competência da Justiça Federal, e os delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Assim, o desmembramento operado no caso concreto pode prejudicar a escorreita análise de todas as condutas investigadas. Em outras palavras, a reunião dos processos irá facilitar a produção da prova e a apuração dos fatos.

O Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento em relação à prevalência da competência da Justiça Federal no caso de crimes conexos de competência estadual e federal. O Enunciado 122 da Súmula da Jurisprudência Predominante do E. STJ dispõe que 'compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal'.

A referida súmula foi reforçada recentemente em decisão proferida nos autos do Conflito de Competência N.º 156215 – RS (2018/0002289-9), que entendeu pela atração da competência para a Justiça Federal quando se tratar de crimes de competência estadual e federal, inseridos no mesmo contexto fático e as provas estiverem interligadas. Confira-se:

[...]

Verificada a existência de conexão probatória no caso concreto, deve ser reconhecida a competência da Justiça Federal para processar e julgar também os delitos conexos ao crime de sua competência original.

Diante do exposto, suscito o presente conflito na forma do artigo 105, inciso I, alínea 'd' da Constituição da República, aguardando o reconhecimento da competência do Juízo da 9ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo para processar e julgar o presente feito.

Nos termos do artigo 116, parágrafo primeiro, do Código de Processo Penal, suscito o conflito nos próprios autos deste inquérito."

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito para que "[...] para que seja desmembrado o processo e declarado competente o Juízo de Direito do Foro Central Criminal da Barra Funda – DIPO 4 – São Paulo/SP, o suscitante, para apuração dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, bem como declarado competente o Juízo Federal da 9ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, o suscitado, para a apuração do crime de moeda falsa" (fl. 194).

É o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, existe conexão a justificar a reunião dos processos perante a Justiça Federal, nos termos da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula n.º 122/STJ, somente quando o crime de moeda falsa guardar conexão com os demais delitos que eventualmente possam ter sido praticados no mesmo contexto fático.

No caso, não estão configuradas as hipóteses de conexão prevista no art. 76 do Código de Processo Penal. A propósito, trago à colação os seguintes excertos do judicioso parecer da Subprocuradora-Geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (fls. 191-193; sem grifos no original):

"A questão jurídica central do presente conflito repousa na existência ou não de conexão entre os crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas, com o crime de moeda falsa.

O Código de Processo Penal elenca no artigo 76 as circunstâncias que definem a competência por conexão, quais sejam:

[...]

Na espécie, não há indícios de que os crimes de moeda falsa, de tráfico de drogas e de associação para o tráfico tenham sido praticados para facilitar, ocultar ou para conseguir a impunidade ou vantagem um em relação aos outros, nos termos do art. 76, inciso II, do Código de Processo Penal, tampouco há evidência de que a prova de uma infração vai influenciar na prova das outras (art. 76, III, CPP).

O conjunto indiciário apresentado nos autos dá conta de que os envolvidos associaram-se, munidos de distintivos policiais e armas falsas e/ou verdadeiras, para subtrair drogas de 'bocas de fumo' (ou 'biqueiras'), com o intuito de revenda, bem como utilizavam-se de moeda falsa para adquirir moeda lícita, sendo ambos os crimes autônomos e independentes entre si.

Com efeito, este Superior Tribunal de Justiça, em hipóteses semelhantes a esta, isto é, de apreensão de droga e também de moeda falsa, tem entendido que, diante da diversidade de bens jurídicos afetados e da autônoma dinâmica delitiva, não há falar em conexão, devendo haver o trâmite independente dos feitos, respectivamente, nas Justiças Estadual e Federal.

[...]

Logo, deve o processo ser desmembrado para que cada juízo processe e julgue o crime de sua respectiva competência.

Com razão, pois, o Juízo suscitado quanto à necessidade de desmembramento do feito para que o Juízo Federal processe e julgue o feito com relação ao delito previsto no art. 289, § 1º, do Código Penal, cabendo à Justiça Estadual a apuração dos crimes tipificados nos arts. 33, caput, e 35, caput, ambos da Lei nº 11.343/06."

Desse modo, vislumbro a competência da Justiça Federal no tocante ao crime de moeda falsa; e da Justiça Estadual quanto ao delito de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Nesse sentido:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TRÁFICO DE

Superior Tribunal de Justiça

ENTORPECENTES. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. MOEDA FALSA. INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO ENTRE AS CONDUTAS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 122/STF. SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO PARA PROCESSO E JULGAR OS CRIMES DE TRÁFICO E POSSE DE ARMA DE USO RESTRITO.

1. *É pacífico o entendimento desta Corte Superior no sentido de ser possível a separação das investigações, quando não há conexão probatória, teleológica ou instrumental entre os crimes em apuração.*

2. *Inexistindo qualquer ligação do crime de moeda falsa, que ocorreu em contexto totalmente diverso da investigação relativa aos crime de tráfico de drogas e porte de ilegal de arma de fogo de uso restrito, não há que se falar em conexão.*

3. *Independentemente da análise se o crime de moeda falsa será absorvido pelo crime de peculato, constata-se que houve a efetiva utilização de notas falsificadas na prática criminosa, o que, por si só, já revela o interesse da União e autoriza a manutenção dessa ação penal na Justiça Federal.*

4. *Conflito de competência conhecido para declarar o Juízo Federal da 35ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais o competente para processar e julgar a suposta prática de crime com utilização de moeda falsa, devendo a investigação relativa aos crimes de tráfico de drogas e porte de arma de fogo de uso restrito ser remetida para o Juízo de Direito da Vara da Comarca de Santa Luzia/MG." (CC 145.378/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/2017, DJe 06/10/2017.)*

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito e DECLARO a competência do JUÍZO FEDERAL DA 9.ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, o Suscitado, no que concerne ao delito de moeda falsa; e do JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA – DIPO 4 – SÃO PAULO/SP, o Suscitante, para os crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora